

# PENTATEUCO



[www.adoracao.com](http://www.adoracao.com)

O Site da sua Edificação!

# ÍNDICE

O PENTATEUCO .....	3
COMPOSIÇÃO LITERÁRIA .....	6
OS RELATOS E A HISTÓRIA .....	11
A LEGISLAÇÃO.....	13
SENTIDO RELIGIOSO.....	15

# O PENTATEUCO

Os cinco primeiros livros da Bíblia formam um conjunto que os judeus denominam "LEI", ou TORÁ. O primeiro testemunho certo desta denominação encontra-se no prefácio do ECLESIAÍSTICO, e ela já era de uso corrente no começo da nossa era, por exemplo, no N.T. (Mt.5:17; Lc.10:26; cf. Lc.24:44).

O desejo de obter cópias manejáveis desse grande conjunto fez com que se dividisse seu texto em cinco rolos de tamanho quase igual. Daí provém o nome que lhe foi dado nos círculos de língua grega: he pentateuchos (subentendido bíblos), "O livro em cinco volumes", que foi transcrito em latim como Pentateuchos (subentendido liber), donde a palavra portuguesa PENTATEUCO. Por sua vez, os judeus de língua hebraica deram-lhe também o nome de "os cinco quintos da Lei".

Essa divisão em cinco livros é atestada antes de nossa era pela versão grega dos Setenta. Esta \_\_\_ e seu uso se impôs á igrejas \_\_\_ intitulada os volumes segundo o seu conteúdo:

- GÊNESIS - porque começa pelas origens do mundo;
- ÊXODO - porque começa com a saída do Egito;
- LEVÍTICO - porque contém a lei dos sacerdotes da tribo de Leví;
- NÚMEROS - por causa dos recenseamentos dos caps. 1-4;
- DEUTERONÔMIO - "ou a segunda lei", de acordo com uma interpretação grega de Dt.17:18.

Mas em hebraico os judeus designavam, e designam ainda, cada livro pela primeira palavra, ou pela primeira palavra importante, de seu texto.

O Gênesis divide-se em duas partes desiguais:

1ª- (1-11) narra a história primitiva sendo, assim, como o que o pórtico da história da salvação, da qual a Bíblia inteira vai falar:

- A- Remonta ás origens do mundo e estende sua perspectiva á humanidade inteira.
- B- Relata a criação do universo e do homem.
- C- A- queda original e suas conseqüências.
- D- A perversidade crescente, castigada pelo dilúvio. A partir de Noé, a terra se repovoa, mas listas genealógicas cada vez mais restritas concentram finalmente o interesse em Abraão, pai do povo eleito.

2ª- (12-50) é formada pela história dos patriarcas; ela recorda a figura dos grandes ancestrais:

Abraão, o homem da fé, cuja obediência é recompensada por Deus, que promete, para ele, uma posteridade e, para seus descendentes, a Terra Santa(12:1; 25:18).

Jacó, o homem da astúcia, que suplanta seu irmão Esaú, rouba a bênção de seu pai Isaac e vence em esperteza seu tio Labão. Mas de nada lhe serviriam todas essas habilidades, se Deus não o tivesse preferido a

Esaú desde antes de seu nascimento e não lhe tivesse renovado as promessas da aliança concedidas a Abraão (25:19; 36:43). Entre Abraão e Jacó, Isaac é uma figura bastante apagada, cuja vida é narrada sobretudo em vista da de seu pai ou de seu filho.

Os doze filhos de Jacó são os ancestrais das Doze Tribos de Israel. A um deles é consagrado todo o final do Gênesis: os caps. 37 – 50 (menos 38 e 49) são uma biografia de José.

José, o homem da sabedoria. Esta narração, que difere das precedentes, se desenvolve sem intervenção, mas ela toda é uma lição: a virtude do sábio é recompensada e a Providência divina converte em bem as faltas dos homens.

O GÊNESIS forma um todo completo: é a história dos antepassados. Os três livros seguintes formam um outro bloco, no qual, dentro do contexto da vida de Moisés, narram-se a formação do povo eleito e o estabelecimento de sua lei social e religiosa. O Êxodo desenvolve dois temas principais:

1º- A libertação do Egito (1:1 – 15:21) .

2º- A Aliança no Sinai (19:1 – 40:38).

Esses temas são interligados por um tema secundário, a saber, a marcha através do deserto (15:22 – 18:27). Moisés, que recebeu a revelação do nome I hv H na montanha, é o condutor dos israelitas libertados da escravidão. Numa teofania impressionante, Deus faz aliança com o povo e lhe dita suas leis. Mal fora concluído, o pacto é violado pela adoração do bezerro de ouro, mas Deus perdoa e renova a Aliança. Uma série de prescrições regula o culto no deserto.

O LEVÍTICO, de caráter quase exclusivamente legislativo, interrompe a narração dos acontecimentos.

Contém: um ritual dos sacrifícios (1 – 7).

O cerimonial de investidura dos sacerdotes, aplicados a Aarão e seus filhos (8-10).

As normas referentes ao puro e ao impuro (11 – 15), que terminam com o ritual do grande dia das Expições (16).

A “lei de santidade” (17 – 26), que inclui um calendário litúrgico (23) e se encerra com bênçãos e maldições (26).

Em forma de apêndice, o cap.27 determina as condições do resgate das pessoas, dos animais dos bens consagrados a I hv H.

O NÚMEROS retoma o tema da marcha pelo deserto. A partida do Sinai é preparada por um recenseamento do povo (1 – 4) e pelas grandes ofertas feitas para dedicação da Tenda da Reunião (7). Após a celebração da Segunda Páscoa, os israelitas deixam a montanha santa (9 – 10) e chegam, depois várias etapas; a Cades de onde fazem uma tentativa frustrada de penetrar em Canã pelo sul (11). Depois da estada em Cades põem-se de novo a caminho e chegam às estepes de Moab, em frente de Jericó (20 – 25). Vencidos os madianitas, as tribos de Gad e Rúben se

estabelecem na Transjordânia (31 – 32). Uma lista resume as etapas do Êxodo (33). Em torno dessas narrações são agrupadas prescrições que completam a legislação do Sinai ou que preparam o estabelecimento em Canaã (5 –6; 15 – 19; 26 – 30; 34 –36).

O DEUTERONÔMIO tem uma estrutura particular: é um código de leis civis e religiosa (12:1 – 26:15), enquadrado num grande discurso de Moisés (5 –11 e 26:16 – 28:68). Este conjunto, por sua vez, é precedido de:

1º- Um discurso de Moisés (1 –4).

2º-De um terceiro discurso (29 – 30) e também de trechos referentes ao fim de Moisés:

Missão de Josué.

Cântico e bênção de Moisés.

A morte de Moisés (31 – 34).

O código deuteronomico retoma, em parte, as leis promulgadas no deserto. Os discursos recordam os grandes acontecimentos do Êxodo, do Sinai e da conquista que estava começando; salientam seu sentido religioso, sublinham o alcance da lei e exortam á fidelidade.

# COMPOSIÇÃO LITERÁRIA

A composição desta vasta coletânea era atribuída a Moisés pelo menos desde o começo de nossa era, e Cristo e os Apóstolos conformaram-se com esta opinião (Jo.1:45; 5:45-47; Rm.10:5). Mas as tradições mais antigas jamais haviam afirmado explicitamente que Moisés tivesse sido o redator de todo o Pentateuco. Quando o próprio Pentateuco diz – o que é muito raro – que “Moisés escreveu”, aplica essa fórmula a alguma passagem particular. Efetivamente, o estudo moderno desses livros apontou diferenças de estilo, repetições e desordens nos relatos, que impedem de ver no Pentateuco uma obra que tenha saído toda ela da mão de um só autor. Depois de longas hesitações, no fim do século XIX uma teoria conseguiu impor-se aos críticos sobretudo por influência dos trabalhos de Graf e de Wellhausen: o Pentateuco seria a compilação de quatro documentos, diferentes de origens, mas todos eles muito posteriores a Moisés. Teria havido primeiramente duas obras narrativas:

- 1ª- O JAVISTA (J), que desde o relato da criação usa o nome *IahweH*, com o qual Deus se revelou a Moisés.
- 2ª- ELOISTA (E), que designa a Deus pelo nome comum de *Elohîms*.

O Javista teria sido escrito no século IX em Judá, e o eloísta um pouco mais tarde em Israel. Depois da ruína do reino do Norte, os dois documentos teriam sido reunidos num só (JE); depois de Josias, o Deuteronômio lhe teria sido acrescentado (JED); e, depois do Exílio, o código Saacerdotal (P), que continha sobre tudo leis, com algumas narrações, teria sido somada a essa compilação, á qual serviu de arcabouço e de moldura (JEDP).

Essa teoria documentária clássica, que aliás estava ligada a uma concepção evolucionista das idéias religiosas em Israel, tem sido muitas vezes resposta em discussão; alguns ainda a rejeitam totalmente, outros não a aceitam senão com modificações, ás vezes importantes, e não se encontram dois autores que estejam de pleno acordo quanto á distribuição exata dos textos pelos diferentes “documentos”. Atualmente os especialistas concordam em reconhecer que a simples crítica verbal não basta para explicar a composição do Pentateuco. É preciso fazer também um estudo das formas literárias e das tradições, orais ou escritas, que precederam a redação das fontes. Cada uma delas, mesmo a mais recente (P), contém elementos muito antigos. A descoberta das literaturas mortas do Oriente Médio e os progressos feitos pela arqueologia e pela história no conhecimento das civilizações vizinhas de Israel mostraram que muitas leis ou instituições do Pentateuco tinham paralelos extrabíblicos bem anteriores ás datas atribuídas aos “documentos” e que numerosos relatos supõem um ambiente diferente e mais antigo daquele em que estes documentos teriam sido redigidos. Vários elementos tradicionais eram conservados nos santuários ou eram transmitidos pelos narradores populares. Foram agrupados em ciclos e depois postos por escrito sob a pressão de um ambiente ou pela mão de uma personalidade dominante.

Mas essas redações não constituíram um termo em si mesmas: elas foram revisadas, receberam complementos, foram enfim combinadas entre si para formar o Pentateuco que nós possuímos. As “fontes” escritas do Pentateuco são momentos privilegiados de uma longa evolução, são pontos de cristalização das correntes de tradição que se originaram mais acima e que em seguida continuaram seu fluxo.

A pluralidade dessas correntes de tradição é um fato evidenciado pelas duplicatas, repetições, discordâncias, que chamam a atenção do leitor desde as primeiras páginas do Gênesis:

- 1)- Dois relatos da criação (1:1 – 2:4<sup>a</sup> e 2:4b – 3:24);
- 2)- Duas genealogias de Caim-Cainã (4:17s e 5:12-17);
- 3)- Dois relatos combinados do Dilúvio (6 –8);
- 4)- Duas expulsões de Agar (16 e 21);
- 5)- Três narrações da desventura da mulher de um patriarca em país estrangeiro (12:10-20; 20; 26:1-11);
- 6)- Duas histórias combinadas de José e seus irmãos nos últimos capítulos do Gênesis.
- 7)- Duas narrações da vocação de Moisés (Êx.3:1 – 4:17 e 6:2 – 7:7);
- 8)- Dois milagres da água em Meribá (Êx.17:1-7 e Nm.220:1-13);
- 9)- Dois textos do Decálogo (Êx.20:1-17 e Dt.5:6-21);
- 10)- Quatro calendários litúrgicos (Êx.23:14-19; 34:18-23; Lv.23; Dt.16:1-16).

Podemos citar muitos outros exemplos. Os textos se agrupam por afinidades de línguas, de forma, de conceitos, que determinam linhas de força paralelas, cuja trajetória pode-se seguir através do Pentateuco. Elas correspondem a quatro correntes de tradição.

I - A TRADIÇÃO “javista” (assim chamada porque utiliza o nome divino IahweH desde a narração da criação) tem um estilo vivo e colorido; numa forma cheia de imagens e com um modo de narrar realmente magistral, ela dá uma resposta profunda aos graves problemas que se apresentam a todo homem, e as expressões humanas de que se serve para falar de Deus encobrem um senso muito elevado do divino. Como prólogo á história dos antepassados de Israel, ela colocou um sumário da história da humanidade desde a criação do primeiro casal. Esta tradição teve origem em Judá e talvez tenha sido escrita, quando ao essencial, no reinado de Salomão. No conjunto dos textos que lhe são atribuídos, distingue-se ás vezes uma corrente paralela, que tem a mesma origem, mas que reflete concepções por vezes mais arcaicas e por vezes diferentes, designada pelas siglas J<sup>1</sup> (Javista primitiva), ou L (fonte “Leiga”), ou N (fonte “Nômade”). A distinção parece ter fundamento, mas é difícil de definir-se se trata de uma corrente independente ou de elementos que o Javista integrou respeitando sua individualidade.

II - A TRADIÇÃO “eloísta” (que tem por característica mais saliente o emprego do nome comum Elohim para designar a Deus) distingue-se da tradição javista por um estilo sóbrio e também mais uniforme, uma moral

mais exigente, um cuidado de respeitar a distância que separa o homem de Deus. Os relatos das origens faltam nessa tradição, que só começa com Abraão. Provavelmente ela é mais recente que a tradição javista e em geral é relacionada com as tribos do Norte. Certos autores não aceitam a existência de uma tradição eloísta independente e julgam suficiente a hipótese de complementos acrescentados à obra javista ou de uma revisão desta obra. Contudo, sem falar nas particularidades do estilo e da doutrina, a diferença dos ambientes de origem e a continuidade dos paralelos, e também algumas divergências com a tradição javista desde a história de Abraão até aos relatos da morte de Moisés favorecem a teoria de uma tradição de uma redação anteriormente independentes.

É preciso então levar em conta um fato importante. Apesar dos traços que os distinguem, os relatos javistas e eloístas contam substancialmente a mesma história: essas duas tradições têm, pois, uma origem comum. Os grupos do sul e os do norte partilhavam uma mesma tradição, que colocava em ordem as recordações do povo sobre sua história:

1- A sucessão dos três Patriarcas, Abrão, Isaac e Jacó,

2- A saída do Egito unida à teofania do Sinai, a conclusão da Aliança no Sinai ligada à instalação na Transjordânia, última etapa antes da conquista da Terra Prometida. Essa tradição comum se formou, oralmente e talvez já por escrito, na época dos Juízes, isto é, quanto Israel começou a existir como povo.

III - TRADIÇÃO SACERDOTAL. AS tradições javista e eloísta contêm muito poucos textos legislativos; o mais considerável é o código da Aliança, sobre o qual falaremos depois. As leis constituem, ao contrário, a parte principal da TRADIÇÃO "sacerdotal", que demonstra um interesse especial pela organização do santuário, pelos sacrifícios e festas e pela pessoa e funções de Aarão e de seus descendentes. Além dos textos legislativos ou institucionais, ela contém também partes narrativas, que são bastante ampliadas quando servem para exprimir o espírito legalista ou litúrgico que a anima. Gosta dos cálculos e das genealogias; seu vocabulário particular e seu estilo geralmente abstrato e redundante a tornam facilmente reconhecível. Esta tradição se deve aos sacerdotes do templo de Jerusalém. Embora preserve elementos antigos, ela só se constitui durante o Exílio e se impôs somente depois do retorno; nela se distinguem várias camadas redacionais. É aliás difícil decidir se essa tradição sacerdotal teve uma existência independente como obra literária ou se - o que é mais verossímil - um ou diversos redatores representantes dessa tradição incluíram seus elementos nas tradições já existentes e, num trabalho editorial, deram ao Pentateuco sua forma definitiva.

É bastante fácil seguir no Gênesis o fio das tradições javista, eloísta e sacerdotal. Depois do Gênesis, a corrente sacerdotal pode ser identificada sem dificuldade, especialmente no fim do Êxodo, em todo o Levítico e em grandes seções dos Números, mas torna-se mais difícil repartir o resto entre as correntes javista e eloísta. Depois de Números e até os derradeiros do Deuteronômio (3 e 32) essas três correntes desaparecem e são substituídas por uma tradição única.

IV - TRADIÇÃO DEUTERONÔMIO. Ela se caracteriza por um estilo muito particular, amplo e oratório, onde voltam sempre as mesmas fórmulas bem construídas, e por uma doutrina constantemente afirmada: dentre todos os povos, Deus, por puro beneplácito, escolheu Israel como seu povo, mas esta eleição e o pacto que a sanciona têm como condição a fidelidade de Israel á lei de seu Deus e ao culto legítimo, que lhe deve prestar num santuário único. O Deuteronômio é o ponto onde aportou uma tradição que tem parentesco com a corrente eloísta e com o movimento profético, e cuja voz já se percebe em textos relativamente antigos. O núcleo do Deuteronômio pode apresentar costumes do Norte trazidos para Judá pelos levitas depois da ruína de Samaria. Esta lei, talvez já enquadrada num discurso de Moisés, foi depositada no templo de Jerusalém. Lá ela foi encontrada no reinado de Josias, e a sua promulgação ajudou a promover a reforma religiosa. Uma nova edição foi publicada no começo do Exílio.

A partir desses diversos blocos da tradição, o crescimento do Pentateuco se processou em várias etapas cujas datas, porém é difícil precisar. As tradições javista e eloísta foram combinadas em Judá pelo fim da época monárquica, talvez no reinado de Ezequias, quando, segundo nos informa Pv.25:1 foram combinadas antigas obras literárias. Antes do fim do Exílio o Deuteronômio, considerado como uma lei dada por Moisés em Moab, foi inserido entre o fim de Números e os relatos sobre a nomeação de Josué e a morte de Moisés (Dt.31 e 34). É possível que a adição da tradição sacerdotal ou, se lhe preferir, a intervenção dos primeiros redatores sacerdotais tenha sido feita pouco depois. Em todo caso, a "Lei de Moisés" trazida de Babilônia por Esdras parece representar todo o Pentateuco já próximo de sua forma final.

AS relações entre o Pentateuco e os livros bíblicos seguintes deram ocasião a hipóteses contrárias. Desde muito tempo, certos autores falam de um "Hexateuco", obra em seis livros, que teria incluído também Josué e o começo dos Juízes. Com efeito, eles aí encontram a continuação das três fontes: Javista, Eloísta, Pentateuco, do Pentateuco e notam que o tema da promessa, que volta com tanta freqüência os relatos do Pentateuco, exige que esses relatos tenham narrado também a sua realização, que é a conquista da Terra Prometida. O livro de Josué teria sido depois separado desse conjunto e se tornado o primeiro dos livros históricos. Autores mais recentes falam, ao contrário, de um "Tetrateuco", uma obra em quatro livros, que não teria incluído o Deuteronômio, o qual teria a princípio servido de introdução a uma grande "história deuteronomista" que se estenderia até o fim de Reis. O Deuteronômio, posteriormente, teria sido desligado desse conjunto quando se quis reunir num mesmo bloco, o nosso Pentateuco, isto é, tudo o que se referia á pessoa e á obra de Moisés. É esta Segunda opinião que será adotada, com reservas, na introdução aos livros históricos e que é suposta por algumas das notas. Mas reconhecemos que se trata apenas de uma hipótese, como o é também a opinião concorrente, a de um Hexateuco.

Já vimos que a mesma incerteza pairava sobre muitas questões que a composição do Pentateuco suscita. Ela se prolongou por seis séculos, no mínimo, e reflete as mudanças da vida nacional e religiosa de Israel. Todavia, apesar dessas vicissitudes, o desenvolvimento se apresenta finalmente homogêneo. Dissemos que as tradições narrativas se originaram na época em que se formava o povo de Israel. As mesmas observações podem ser feitas com certas nuances, sobre as partes legislativas: elas contêm um direito civil e religioso que evolui juntamente com a comunidade que ele regia, mas sua origem se confunde com a do povo. Essa continuidade tem um fundamento religioso: foi a fé em IahweH que cimentou a unidade do povo, e foi a mesma fé que unificou o desenvolvimento da tradição. Ora, os começos do javismo são dominados pela personalidade de Moisés. Foi ele o iniciador religioso do povo e seu primeiro legislador. As tradições anteriores que tiveram nele seu termo e a lembrança dos acontecimentos que ele presidiu tornaram-se a epopéia nacional; a religião de Moisés marcou para sempre a fé e as práticas do povo; a lei de Moisés ficou sendo sua norma. As adaptações exigidas pela mudança dos tempos foram feitas segundo seu espírito e se cobriram com sua autoridade. Pouco importa que não possamos atribuir-lhe com certeza a redação de nenhum dos textos do Pentateuco; é ele o seu personagem central e a tradição judaica tinha razão de chamar o Pentateuco de livro da Lei de Moisés.

# OS RELATOS E A HISTÓRIA

Seria abstrato exigir dessas tradições, que eram o patrimônio vivo de um povo e que lhe davam o sentimento de sua unidade e sustentavam sua fé, o rigor que um historiador moderno empregaria, mas seria igualmente descabido negar-lhes toda verdade por carecerem de tal rigor.

Os onze primeiros capítulos de Gênesis devem ser considerados á parte. Descrevem, de modo popular a origem do gênero humano; enunciam num estilo simples e figurado, tal como convinha é mentalidade de um povo não muito culto, as verdades fundamentais imprescindíveis para se entender a economia da salvação:

- 1- A criação por Deus no começo dos tempos,
- 2- A intervenção especial de Deus para formar o homem,
- 3- A mulher,
- 4- A unidade do gênero humano,
- 5- O pecado dos primeiros pais,
- 6- A ruína e
- 7- AS penas hereditárias que constituíram sua sanção.

Mas dessas verdades, que afetam o dogma e que são garantidas pela autoridade da Escritura, são ao mesmo tempo fatos, e se as verdades são certas, implicam fatos que são reais, embora não possamos precisar seus contornos sob a veste mítica que lhes foi dada, consoante a mentalidade da época e do ambiente.

A história patriarcal é uma história de família: Reúne as lembranças que se conservaram dos antepassados, Abraão, Isaac, Jacó e José. É uma história popular: detém-se nos episódios pessoais e nos traços pitorescos, sem nenhuma preocupação de relacionar essas narrações com história geral. É, enfim, uma história religiosa: todos os momentos decisivos são marcados por uma intervenção divina e neles tudo aparece como providencial, concepção teológica verdadeira sob um ponto de vista superior, mas que deixa na sombra a ação das causas segundas; além disso, os fatos são introduzidos, explicados e agrupados a fim de demonstrar uma tese religiosa: há um Deus que formou um povo e lhe deu um país; este Deus é IahweH, este povo é Israel, esta país é a Terra Santa. Mas esses relatos são históricos enquanto narram a seu modo acontecimentos reais e enquanto dão uma imagem fiel da origem e das migrações dos antepassados de Israel, de seus vínculos geográficos e étnicos e de seu comportamento moral e religioso. As suspeitas de que foram objeto esses relatos deveriam ceder diante do testemunho favorável que lhes trazem as descobertas recentes da história e da arqueologia orientais.

Depois de uma grande lacuna, o Êxodo e os Números, que têm seu eco nos primeiros capítulos do Deuteronômio, referem os acontecimentos que vão do nascimento á morte de Moisés: a saída do Egito, a permanência no Sinai, a caminhada até Cades, a marcha através da Transjordânia e a instalação nas estepes de Moab. Negar a realidade histórica desses fatos e

da pessoa de Moisés é tornar inexplicáveis a história subsequente de Israel, sua fidelidade ao jlavismo e sua devoção á Lei. É preciso reconhecer, contudo, que a importância dessas recordações para a vida do povo e o eco que elas tinham nos ritos deram aos relatos a cor de uma gesta heróica (por exemplo, a passagem do Mar) e por vezes de uma liturgia (como a Páscoa). Israel, que se tornou povo, faz então sua entrada na história geral e, embora nenhum documento antigo o mencione ainda, salvo uma alusão obscura na estrela do Faraó Merneptah, o que a Bíblia diz dele concordar, em linhas gerais, com o que os textos e a arqueologia nos informam sobre a descida dos grupos semíticos para o Egito, sobre a administração egípcia do Delta e a situação política da Transjordânia.

A tarefa do historiador moderno é confrontar esses dados da Bíblia com os fatos da história geral. Com as reservas que impõem a insuficiência das indicações da Bíblia e a incerteza da cronologia extrabíblica, pode-se dizer que Abraão vivia em Canã por volta de 1850 a .C., que José prosperava no Egito e que outros "filhos de Jacó" aí o encontraram pouco depois de 1700. No tocante á data do Êxodo, não podemos confiar nas indicações cronológicas de 1ª Rs.6:1 e Jz.11:26, que são secundárias e provém de cálculos artificiais. Mas a Bíblia contém uma indicação decisiva. De acordo com o texto antigo de Êx.1:11, os hebreus trabalharam na construção das cidades-entrepósitos de Pitom e de Ramsés. O Êxodo é, pois, posterior ao início do reinado de Ramsés II, que fundou a cidade de Ramsés. Os grandes trabalhos nesta cidade começaram no princípio do seu reinado, e é verossímil que a partida do grupo de Moisés tenha acontecido na primeira metade ou nos meados desse longo reinado (1290-1224), digamos cerca de 1250 a .C. ou pouco antes. Se levarmos em conta a tradição bíblica sobre a estada no deserto durante uma geração, a instalação na Transjordânia ter-se-ia processado por volta de 1225 a.C. Essas datas concordam com as informações da história geral sobre a residência dos faraós da XIX Dinastia no Delta do Nilo, sobre o enfraquecimento do controle egípcio na Síria-Palestina, no final do reinado de Ramsés II, e sobre os tumultos que sacudiram todo o Oriente Médio no fim do século XIII. Concordam com as indicações da arqueologia sobre o começo da Idade do Ferro, que coincide com o estabelecimento dos israelitas em Canã.

# A LEGISLAÇÃO

Na Bíblia judaica, o Pentateuco é chamado a Lei, a Torá: de fato, ele reconhece o conjunto das prescrições que regulavam a vida moral, social e religiosa do povo. Para nossos olhos modernos, o traço mais notável dessa legislação é seu caráter religioso. Esse aspecto encontra-se também em certos Códigos do Oriente antigo, mas nunca acompanhado de tanta compenetração do sagrado e do profano; em Israel, a lei é ditada por Deus, regula seus deveres para com Deus e motiva suas prescrições com considerações religiosas. Isso parece óbvio no caso das normas morais do Decálogo ou das leis cultuais do Levítico; mas é muito mais significativo que, numa mesma coleção, se misturem leis civis e penais e preceitos religiosos, e que o conjunto seja apresentado como a carta da aliança com IahweH. Por uma consequência natural, o enunciado dessas leis é vinculado às narrações dos acontecimentos do deserto, onde esta aliança foi concluída.

Já que as leis são feitas para serem aplicadas, era preciso adaptá-las às condições variáveis de cada ambiente e época. Isto explica que se encontrem, nos conjuntos que vamos examinar, junto com elementos antigos, fórmulas ou disposições que testemunham preocupações novas. Por outro lado, nesta matéria, Israel foi necessariamente tributário de seus vizinhos. Certas disposições do Código da Aliança ou do Deuteronomio se reencontram, com estranha semelhança, nos Códigos da Mesopotâmia, na coleção das Leis assiras ou no código hitita. Não houve dependência alguma direta; esses contatos se explicam pela irradiação das legislações estrangeiras ou por um direito consuetudinário que se tornou em parte o bem comum do antigo Oriente Médio. Além disso, logo se fez sentir fortemente na expressão das leis e nas formas do culto.

O Decálogo, as “Dez Palavras” inscritas nas Tábuas do Sinai, promulga a lei fundamental, moral e religiosa, da Aliança. É apresentado duas vezes (Êx.20:2-7 e Dt.5:6-18), com variantes bastante notáveis: esses dois textos provêm de uma forma primitiva, mas curta, cuja origem mosaica não é contestada por nenhum argumento de valor.

O Código (eloísta) da Aliança (Êx.20:22-23,33; mais estritamente: Êx.20:24 – 23:9) foi inserido entre o Decálogo e a conclusão da aliança do Sinai, mas tem em vista uma situação posterior à época de Moisés. É o direito de uma sociedade de pastores e de camponeses, e o interesse que demonstra pelos animais de carga, pelos trabalhos nos campos e na vinha, pelas casas, leva a crer que a sedentarização já é um fato consumado. Foi semente nesta época que Israel pôde reconhecer e praticar o direito consuetudinário no qual este Código se inspira e que explica seus paralelos precisos com os Códigos da Mesopotâmia, mas o Código da aliança está penetrado do espírito do javismo, muitas vezes em reação contra a civilização de Canaã. Ele reúne, sem plano sistemático, coleções de preceitos que se distinguem por seu objetivo e por sua formação, ora “casuística” ou condicional, ora “apodítica” ou imperativa. A coleção teve a princípio uma existência independente. É certamente anterior a o Deuteronomio, que a utiliza; não contém

referência alguma às instituições da monarquia e pode, portanto, remontar ao período dos Juízes. Sua inserção nos relatos do Sinai é anterior à composição do Deuteronômio.

O Código deuteronômico (Dt.12:1 – 26:15) forma a parte central do livro do Deuteronômio, cujas características e história literária descrevemos acima. Retoma uma parte das leis do Código da Aliança, mas adapta-as às mudanças da vida econômica e social; assim, com referência ao perdão das dívidas e ao estatuto dos escravos, compare-se Dt.15:1-11 com Ex.23:10-11; Dt.15:12-18 com Ex.21:2-11. Mas, desde seu primeiro preceito, ele se opõe ao Código da Aliança num ponto importante: este havia legitimado a multiplicidade dos santuários (Ex.20:24), ao passo que o Deuteronômio impõe a lei da unidade ao lugar de culto (de.12:2-12) e essa centralização acarreta modificações nas regras antigas sobre os sacrifícios, o dízimo e as festas. O Código deuteronômico contém também prescrições alheias ao Código da Aliança e por vezes arcaicas, que provêm de fontes desconhecidas. O que permanece como sua característica e que marca a mudança dos tempos é a preocupação de proteger os pobres, a lembrança constante dos direitos de Deus sobre sua terra e sobre seu povo e o tom exortativo que penetra essas prescrições legais.

O Levítico, embora só tenha recebido sua forma definitiva depois do Exílio, contém elementos bem antigos, como as proibições alimentares (11) as regras de pureza (13:15) e antigo rito de purificação, ao qual o cerimonial tardio do grande dia das Expições sobrepõe uma concepção muito elaborada do pecado (16). Os caps. 17-26 formam um conjunto chamado Lei de Santidade, que inicialmente era separado do Pentateuco. Essa Lei reúne elementos diversos, alguns dos quais podem remontar até à época nômade, como o cap.18, outros são ainda pré-exílio, antes de ser inserida no Pentateuco pelos redatores sacerdotais que a adaptaram ao resto do material que reuniam.

# SENTIDO RELIGIOSO

A religião do Antigo Testamento, como a do Novo, é uma religião histórica: funda-se na revelação feita por Deus a determinados homens, em determinados lugares e circunstâncias, e nas intervenções de Deus em determinados momentos da evolução humana. O pentateuco, que reproduz a história dessas relações de Deus com o mundo, é o fundamento da religião judaica e tornou-se seu livro canônico por excelência, sua lei.

Nele encontrava o israelita a explicação do seu destino. Não apenas tinha, no começo do Gênesis, a resposta às interrogações que todo homem se faz sobre o mundo e a da vida, sobre o sofrimento e a morte, mas encontrava também resposta para seu problema particular: Por que IahweH, o Único, é o Deus de Israel? Por que Israel é seu povo entre todas as nações da terra? É porque Israel recebeu a promessa. O Pentateuco é o livro das promessas: a Adão e Eva após a queda, o anúncio da salvação longínqua, o Proto-evangelho; a Nôe depois do dilúvio, a certeza de uma nova ordem ao mundo; e a Abraão principalmente. A promessa que Ihe é feita é renovada a Isaac e a Jacó e se estende a todo o povo deles nascido. Essa promessa se refere imediatamente á posse do país em que viveram os Patriarcas, a Terra Prometida, mas implica outras coisas mais; significa que existem entre Israel e o Deus dos Pais relações especiais, únicas.

Pois IahweH chamou Abraão, e nessa vocação já se prefigurava a eleição de Israel. Foi IahweH que fez dele um povo e deste povo seu povo, por uma eleição gratuita, por um desígnio amoroso concebido desde a criação e continuando através de toda as infidelidades dos homens.

Essa Promessa, e essa eleição são garantidas por uma aliança. O Pentateuco é também o livro das alianças. Uma já e feita, embora tácita, com Adão, ela é explícita com Noé, com Abraão, com todo o povo, enfim, pelo ministério de Moisés. Não se trata de um pacto entre iguais, pois Deus não necessita dele e é ele quem toma a iniciativa. No entanto, ele se compromete, se obriga, de certa maneira, pelas promessas que faz. Mas exige, em contrapartida, a fidelidade de seu povo: a recusa de Israel, seu pecado, pode romper o vínculo que o amor de Deus formou.

As condições dessa fidelidade estão reguladas pelo próprio Deus. Deus dá sua lei ao povo que escolheu para si. A lei ensina-Ihe seus deveres, regula sua conduta conforme a vontade de Deus, e, mantendo a aliança, prepara o cumprimento das promessas.

Esses temas da Promessa, da Eleição, da aliança e da Lei são os fios de ouro que se entrecruzam na trama do Pentateuco e continuam seu curso por todo o Antigo Testamento. Pois o Pentateuco não é completo em si mesmo: menciona a promessa mas não a realização, já que termina antes da entrada na Terra Santa. Devia permanecer aberto como uma esperança e uma exigência: esperança nas promessas, que a conquista de Canaã parecerá cumprir (Js.23), mas que os pecados do povo comprometerão e que os exilados recordarão na Babilônia. Exigência de

uma lei sempre premente, que permanecia como que uma testemunha contra Israel (Dt.31:26).

Esta situação continuou até Cristo, que é o termo para o qual tendia obscuramente a história da salvação e que lhe dá todo o seu sentido. Paulo salienta o significado deste fato, sobretudo em Gl.3:15-29. Cristo concluiu a Nova aliança, prefigurada pelos pactos antigos e nela faz entrar os cristãos, herdeiros de Abraão pela fé. Quanto á Lei, ela foi dada para guardar as promessas, como um pedagogo que conduz a Cristo, em quem estas promessas se realizam.

O cristão não está mais sob o pedagogo, está libertado das observâncias da Lei mas não de seu ensinamento moral e religioso. Pois Cristo não veio ab-rogar e sim levar á perfeição (Mt.5:17); o Novo Testamento não se opõe ao Antigo Testamento, prolonga-o . Não só a Igreja reconhece nos grandes eventos da época patriarcal e mosaica, nas festas e ritos do deserto (sacrifícios de Isaac, passagem do mar Vermelho, Páscoa, etc.), como também a fé cristã exige a mesma atitude fundamental que os relatos e os preceitos do Pentateuco prescreviam aos israelitas. Mais ainda: em seu itinerária para Deus, toda alma atravessa as mesmas etapas de desapego, provação e purificação pelas quais passou o povo eleito, e encontra sua instrução nas lições que foram dadas a estes, principalmente instruções nas lições de seus erros, erros estes que todas as religiões tentam esconder não entendendo que estes erros são como espelhos para nossos acertos.

Uma leitura cristão do Pentateuco deve seguir antes de tudo a ordem dos relatos:

O Gênesis, depois de haver oposto ás bondades de Deus Criador as infidelidades do homem pecador, mostra, nos Patriarcas, a recompensa concedida á fé;

O Êxodo é o esboço de nossa redenção;

O Números representa o tempo de provação em quem Deus instrui e "castiga" seus filhos, preparando a congregação dos eleitos.

O Levítico poderá ser lido com mais proveito em conexão com os últimos capítulos de Ezequiel ou depois dois livro de Esdras e Neemias; o sacrifício único de Cristo tornou caduco o cerimonial do antigo Templo, mas suas exigências de pureza e de santidade no serviço de Deus continuam sendo uma lição sempre válida.

A leitura de Deuteronomio acompanhará bem a de Jeremias, o projeta de quem ele está mais próximo pelo tempo e pelo espírito.